

## 100 anos de entusiasmo pela educação

Não é de hoje que presenciamos várias iniciativas governamentais, e de outros setores da sociedade, na busca por agregar qualidade à educação e melhorar os indicadores educacionais brasileiros. Já no tempo da Primeira República surgiram grupos que acreditavam no papel decisivo da educação para a resolução dos problemas brasileiros. Liderado pelo educador paulista Orestes Guimarães, o movimento chamado “Entusiasmo pela Educação” tinha enfoque nacionalista e já convocava na época a atenção da sociedade para o impacto socioeconômico e político do investimento na educação popular. O educador propunha a criação de um currículo nacional e até de um sistema de avaliação “para dar visibilidade à escola”, entre outras propostas. Foi sua a ideia de criar um Conselho Nacional de Educação e de vincular 10% dos recursos da receita de impostos dos Estados à educação. Sua preocupação maior era o combate ao analfabetismo que, no início do século 20, atingia 80% da população brasileira. Por volta de 1920, o número de crianças entre 7 e 14 anos que se encontravam fora da escola passava de três milhões, o que representava 46% dessa população. Segundo estatísticas da época, o Brasil estava em penúltimo lugar em índice de alfabetização, entre as nações “civilizadas”.

Quase um século depois, o número de analfabetos adultos caiu para 9,7% e avançamos bastante na universalização do acesso à educação básica, mas ainda temos 3% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, em um universo de quase 30 milhões. E continuamos a frequentar os últimos lugares nos rankings internacionais de educação, como o PISA, que revela as grandes diferenças educacionais entre os países participantes da avaliação organizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Nas últimas duas décadas, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), da Prova Brasil, do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) e da iniciativa de participar de avaliações internacionais, o Brasil passou a viver o clima avaliativo com mais intensidade, o que permitiu análises mais consistentes do baixo rendimento dos alunos brasileiros e descortinou, com bases estatísticas, a ineficácia e ineficiência do próprio sistema de ensino, obrigando os gestores educacionais a um reposicionamento em seu trabalho e à opção por estratégias de intervenções necessárias e pontuais. As avaliações de aprendizagem insistem em revelar que praticamente um quarto das crianças chega ao 5º ano do ensino fundamental sem sequer ter desenvolvido a leitura e a escrita, além de conhecimentos mínimos dos cálculos matemáticos. Assim, para 25% das crianças matriculadas nas redes públicas de ensino, a permanência na escola não lhes garantiu sequer o uso efetivo da língua e as noções básicas de matemática, portanto um direito constitucional não respeitado e cumprido.

É um contrassenso que um país considerado a 6ª economia do mundo esteja na lanterna dos rankings internacionais de educação, mas os resultados do PISA 2009, de certa forma, confirmam essa discrepância entre o poder econômico de um país e o nível educacional de seus cidadãos. Um ponto chave que o PISA 2009 mostrou foi que o PIB per capita tem influência para o sucesso educativo, mas só explica 6% das diferenças de desempenho médio dos estudantes. Os outros 94% refletem o modo como os recursos destinados à educação são empregados, por meio de políticas públicas que fazem a diferença.

As análises da OCDE sugerem que a relação entre investimento e desempenho educacional não tem mais impacto a partir de um patamar de US\$ 35 mil de gasto cumulativo por aluno em sua educação dos seis aos 15 anos. Por exemplo, países que gastam mais de US\$ 100 mil com seus estudantes, como Luxemburgo, Noruega, Suíça e EUA, apresentaram níveis semelhantes de desempenho em comparação a países que gastam menos da metade desse valor por aluno, como a Estônia, a Hungria e a Polônia. O Brasil destina a cada aluno US\$ 18 mil em média, durante os nove anos de estudo do ensino fundamental. Comparando investimento dos países e o desempenho de leitura média no PISA, estamos acima apenas do Kirguistão, um dos países mais pobres da Ásia Central, com cinco milhões de habitantes e às voltas com guerras étnicas. Portanto, o nível de investimento com educação básica no Brasil, além de estar num patamar baixo, é ineficaz, ou seja, continua não implicando em bons resultados e indica claramente que não estamos empregando bem esse recurso.

Cabe, então, uma pergunta: como fazer para que a qualidade realmente chegue a todas as escolas do País, uma vez que é lá que a educação formal se processa e o cenário atual de grande parte das redes de ensino chega a ser desolador? A fórmula que dá resultado pelo mundo afora envolve dois pontos e não é nada complexa: em primeiro lugar, acreditar no potencial do aluno para aprender e, em segundo, investir na gestão das quatro esferas do processo educacional, isto é, na aprendizagem, no ensino, na rotina escolar e na própria política educacional.

Coréia, Finlândia e a cidade chinesa de Xangai sobressaem nas avaliações internacionais de matemática e linguagem, e servem como exemplos de sucesso para quem busca melhorar o desempenho educacional. E o que os sistemas de ensino desses lugares estão fazendo para que seus alunos estejam lá no topo da avaliação? Como ponto de partida, eles acreditam que todos os alunos são capazes de aprender e lhes dão essa oportunidade, abraçando a diversidade da capacidade dos estudantes e de seus interesses sociais. Eles dão preferência a uma abordagem individualizada na aprendizagem, focam na aquisição de habilidades complexas do pensamento desde o início da educação infantil e estão alinhados com as novas tecnologias. Os sistemas educacionais de sucesso também dão grande ênfase à gestão educacional e responsabilizam os gestores pelo controle e forma como os recursos humanos, materiais e financeiros são empregados e os resultados são alcançados. Essa responsabilização requer a contrapartida governamental no compromisso com a formação inicial e contínua dos educadores, além de planos de carreira que atraiam os profissionais mais qualificados.

Na Finlândia, por exemplo, o magistério é uma das profissões mais populares entre os jovens finlandeses e há grande procura pela carreira quando terminam o ensino médio. Há dez vezes mais candidatas para programas de formação de docentes para educação infantil do que vagas nas universidades. De acordo com Pasi Sahlberg, autor de *Finnish lessons: what can the world learn from educational change in Finland?* (<http://www.pasisahlberg.com>), os professores de todos os níveis de ensino são tão valorizados que seus salários estão no mesmo patamar de outras profissões de alta qualificação no mercado de trabalho. A maioria é formada em universidades de excelência e possui mestrado.

Os exemplos estão postos. Cabe à comunidade escolar responsabilizar-se perante a sociedade pelo desenvolvimento de todos os alunos, pois certamente as cobranças pela qualidade da educação já estão batendo às suas portas, há muito tempo. O momento exige ações estabelecidas a partir de planejamentos baseados nos sistemas de avaliação construídos ao longo do tempo, que são excelentes instrumentos de constatação de (in)eficiência, mas devem ser, antes de mais nada, fontes de informação e de diagnóstico para transformar realidades e não simplesmente classificar escolas. Os profissionais que integram a equipe escolar, sem qualquer exceção, devem estar a serviço da promoção do desenvolvimento de todos, e de cada aluno. Quanto mais coesa for essa equipe, maior será sua possibilidade de sucesso. O resultado do ensino, traduzido no sucesso do aluno, não é, então, uma missão solitária do professor, mas sim a responsabilidade compartilhada de todos que interagem, eticamente, nas mais diversas funções do ambiente escolar e das redes de ensino, amparados por políticas públicas que valorizem a educação e os educadores e lhes deem garantias de formação qualificada. A responsabilização e a transparência das avaliações nos processos educacionais são importantes para que a sociedade acompanhe os avanços e saiba cobrar.

Não se trata mais de um simples entusiasmo, de uma vontade de “querer mudar”, mas sim de uma indeclinável “exigência de mudanças” de uma sociedade em constante transformação, que nos conecta, em tempo real, em interações físicas e digitais a um mundo sem fronteiras. Apesar do progresso em alguns indicadores, o que mais preocupa é o quão lento estamos avançando na evolução para garantir educação a todos, afinal levamos mais de 100 anos para incluir quase todas as crianças no ensino fundamental. Quanto tempo ainda levará para aumentarmos o índice de apenas 14,4% de jovens matriculados no ensino superior? Não há mais tempo para retórica sobre a abertura da escola para um incrível mundo novo!

Inês Kisil Miskalo – é gerente executiva da área de Gestão de Políticas de Aprendizagem do Instituto Ayrton Senna e membro da Cátedra UNESCO/IAS de Educação e Desenvolvimento Humano